FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA
História do Direito Português – Turma Noite
Exame escrito-Recurso (coincidência)
26 de Julho de 2022

Grupo I

Responda, justificadamente, a **duas** das seguintes questões:

1. É possível afirmar que o trabalho das escolas jurisprudenciais medievais é caracterizado pela probabilística e pela controvérsia de opiniões?

Aspetos a abordar: As escolas jurisprudenciais medievais e o processo de renascimento do direito romano. Identificação das escolas e respetivos expoentes. Os géneros literários e o recurso à *ars inveniendi*.

2. De que modo completou o legislador de finais de setecentos a resposta dada no início do século XVI aos assentos e à interpretação da lei?

Aspetos a abordar: A importância da lei como fonte de direito e a interpretação autêntica: características. A Casa da Suplicação enquanto supremo tribunal do reino e o instituto dos assentos. A Lei da Boa Razão e as restrições impostas à atividade interpretativa. A autoridade interpretativa exclusiva dos assentos da Casa da Suplicação.

3. Que importância teve o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* e que consequências provocou?

Aspetos a abordar: a Junta de Providência Literária enquanto decorrência e materialização da Lei da Boa Razão de 1769. A Junta de Providência Literária e os “Novos Estatutos” (em contraposição com os “Velhos Estatutos”). O *Compêndio Histórico* e as falhas do sistema de ensino do Direito em Portugal. O estudo do Direito nacional em detrimento do *ius commune*. O novo método e ensino sintético-demonstrativo-compendiário. O estudo das novas disciplinas de Direito Natural e Direito Pátrio. Influência dos estrangeirados.

Grupo II

Comente **um** dos seguintes textos:

1. “...o rei, por intermédio da lei (também designada decreto, degredo, ordenação, constituição, postura, encouto) actua, como árbitro, na aprovação ou reprovação das várias fontes de direito...” (Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português, Fontes de Direito*, 2000)

Aspetos a abordar: A legislação régia no período pluralista. A função legislativa como manifestação de soberania. A produção legislativa e a crescente importância da legislação régia. As Ordenações como manifestação do poder régio na definição das fontes do direito e na afirmação progressiva do primado da lei. A Lei da Boa Razão e o seu impacto nas fontes do direito.

FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA
História do Direito Português – Turma Noite
Exame escrito-Recurso (coincidência)
26 de Julho de 2022

2. “(...) A pena de morte, de certo, que não corrige, o cadáver não se corrige.” (Barjona de Freitas, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, sessão de 21 de Junho de 1867)

Aspetos a abordar: A corrente do humanitarismo jurídico as críticas feitas ao direito penal medieval. O contributo de António Ribeiro dos Santos. A influência de Beccaria e o texto de Francisco Freire de Melo. O código penal 1852 e a Lei de 1 de Julho de 1867 que aprovou a Reforma Penal e das Prisões determinando, ainda, a abolição da pena de morte.

Grupo III

Tendo em atenção o tipo de fontes subsidiárias indicadas pelo legislador português durante o período monista, **comente** os seguintes excertos, **relacionando-os**:

1. “E se o caso, de que se trata em pratica, nom fosse determinado por Ley do Regno, ou estillo, ou costume suso dito, ou Leyx Imperiaaes, ou Santos Canones, entom mandamos que se guardem as grosas d’Acursio incorporadas nas ditas Leyx.” (Ordenações Afonsinas, Livro II, título IX, parágrafo 2)

2. “A maior parte dos Codigos indicam os princípios por que o juiz se deve dirigir em casos semelhantes, os quaes se resolvem na boa razão e analogia.” (António Luís de Seabra, *A Propriedade. Philosophia do Direito*, 1850)

Aspetos a abordar: Caracterizar as diversas fontes de direito expressas nas Ordenações Afonsinas e explicar como os tribunais devem aplicar o direito. Distinguir entre fontes primárias e secundárias e estabelecer a relação entre elas. Enquadramento geral ao movimento da codificação e seus antecedentes. A influência da Revolução Francesa e o Código Civil Francês. O impulso da Revolução Liberal de 1820. A lei e a sua conjugação com os princípios da tipicidade e da igualdade. Noção de lei fundamental e a sua necessária positivação. O movimento codificador como manifestação primado da lei. A afirmação do monismo material e as suas dificuldades de concretização em Portugal.

Cotações: Grupo I: 3,5 valores/questão; Grupo II: 6 valores; Grupo III: 7 valores
Duração: 90 minutos

Boa sorte!